

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	521.456	38
Impostos a recuperar		2.122	359
Adiantamento de seguros	8	256	256
Adiantamento à fornecedores		2.697	-
Outros ativos circulantes		36	717
		526.567	1.370
Ativo não circulante			
Adiantamento de seguros	8	577	833
Imobilizado	9	1.291.805	570.744
Intangível	10	27.188	26.239
		1.319.570	597.816
		1.846.137	599.186
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	11	18.108	57.564
Tributos e contribuições sociais	12	3.422	4.393
Empréstimos e financiamentos	13	577.472	-
Dividendos propostos	15	3.120	-
Outros passivos circulantes		2.186	949
		604.308	62.906
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	580.084	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	14	-	195
		580.084	195
Patrimônio Líquido			
Capital social		675.001	537.001
Reserva de retenção de lucros		308.889	-
Reserva legal		16.422	-
Prejuízo acumulado	15	(338.567)	(916)
		661.745	536.085
		1.846.137	599.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida		-	-
Custo da operação		-	-
Prejuízo bruto		-	-
Despesas gerais e administrativas	16	(2.950)	(1.006)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(2.950)	(1.006)
Resultado financeiro		(6.056)	551
Receita financeira	18	8.219	1.013
Despesa financeira	18	(14.275)	(462)
Resultado antes dos impostos		(9.006)	(455)
Imposto de renda e contribuição social		(214)	-
Prejuízo do exercício		(9.220)	(455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(9.220)	(455)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(9.220)</u>	<u>(455)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucro (prejuízo) acumulado	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.001	-	-	(461)	19.540
Aumento de capital conforme AGE de 23 de janeiro de 2017	60.000	-	-	-	60.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de maio de 2017	31.000	-	-	-	31.000
Aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2017	45.000	-	-	-	45.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de julho de 2017	304.000	-	-	-	304.000
Aumento de capital conforme AGE de 12 de dezembro de 2017	77.000	-	-	-	77.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(455)	(455)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	537.001	-	-	(916)	536.085
Aumento de capital conforme AGE de 10 de janeiro de 2018	138.000	-	-	-	138.000
Constituição de reserva legal	-	16.422	-	(16.422)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	308.889	(308.889)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(3.120)	(3.120)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.220)	(9.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	675.001	16.422	308.889	(338.567)	661.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(9.007)	(455)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Variação monetária do financiamento	74	-
Amortização	256	256
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1.763)	(359)
Adiantamento à fornecedores	(2.697)	-
Outros ativos	681	(458)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(39.455)	57.549
Tributos e contribuições sociais	59.246	19.152
Impostos pagos	(32.314)	(14.790)
Partes relacionadas	(195)	165
Outros passivos	1.236	806
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(23.938)	61.866
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(782.551)	(590.800)
Baixa de imobilizado e intangível	60.541	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(722.010)	(590.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	138.000	517.000
Empréstimos e financiamentos captados	1.129.366	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	1.267.366	517.000
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	521.418	(11.934)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38	11.972
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	521.456	38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “PRTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568 (trezentos e trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito mil cento e noventa e sete reais) sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta – Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorrerá no mês de janeiro de 2019, conforme termos de liberação para operação comercial que será emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1.2. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

A prática contábil regulatória utilizada é a mesma adotada na demonstração financeira societária, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocado a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.4. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.8. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.9. Meio Ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo até o final da construção e serão amortizados pelo prazo de concessão.

4.10. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.11. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	526.567	339.636	866.203	1.370	-	1.370
Caixa e equivalentes de caixa	521.456	-	521.456	38	-	38
Impostos a recuperar	2.122	-	2.122	359	-	359
Adiantamento de seguros	256	-	256	256	-	256
Ativo de concessão (contratual)	-	339.636	339.636	-	-	-
Adiantamento à fornecedores	2.697	-	2.697	-	-	-
Outros ativos circulantes	36	-	36	717	-	717
Ativo não circulante	1.319.570	794.178	2.113.748	597.816	22.559	620.375
Ativo de concessão (contratual)	-	2.112.878	2.112.878	-	-	-
Ativo de concessão (financeiro)	-	-	-	-	619.362	619.362
Adiantamento de seguros	577	-	577	833	-	833
Imobilizado	1.291.805	(1.291.655)	150	570.744	(570.650)	94
Intangível	27.188	(27.045)	143	26.239	(26.153)	86
	1.846.137	1.133.814	2.979.951	599.186	22.559	621.745

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		604.308	-	604.308	62.906	-	62.906
Fornecedores - terceiros		18.108	-	18.108	57.564	-	57.564
Tributos e contribuições sociais		3.422	-	3.422	4.393	-	4.393
Empréstimos e financiamentos		577.472	-	577.472	-	-	-
Dividendos propostos		3.120	-	3.120	-	-	-
Outros passivos circulantes		2.186	-	2.186	949	-	949
Passivo não circulante		580.084	618.138	1.198.222	195	57.388	57.583
Empréstimos e financiamentos		580.084	-	580.084	-	-	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	-	-	195	-	195
Tributos diferidos	c	-	618.138	618.138	-	57.388	57.388
Patrimônio líquido		661.745	515.676	1.177.421	536.085	(34.829)	501.256
Capital social		675.001	-	675.001	537.001	-	537.001
Reserva de retenção de lucros		308.889	-	308.889	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	177.109	177.109	-	-	-
Reserva legal		16.422	-	16.422	-	-	-
Prejuízo acumulado	d/e	(338.567)	338.567	-	(916)	(34.829)	(35.745)
		1.846.137	1.133.814	2.979.951	599.186	22.559	621.745

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	-	1.360.458	1.360.458	-	486.404	486.404
Custo da operação	e	-	(735.324)	(735.324)	-	(513.533)	(513.533)
Lucro (prejuízo) bruto		-	625.134	625.134	-	(27.129)	(27.129)
Despesas gerais e administrativas		(2.950)	494	(2.456)	(1.006)	-	(1.006)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(2.950)	625.628	622.678	(1.006)	(27.129)	(28.135)
Resultado Financeiro		(6.056)	(28.117)	(34.173)	551	-	551
Receita financeira		8.219	-	8.219	1.013	-	1.013
Despesa financeira	f	(14.275)	(28.117)	(42.392)	(462)	-	(462)
Resultado antes dos impostos		(9.006)	597.511	588.505	(455)	(27.129)	(27.584)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(214)	-	(214)	-	(7.633)	(7.633)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	-	(259.861)	(259.861)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.220)	337.650	328.430	(455)	(34.762)	(35.217)

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

- e) Custo de operação e manutenção e custo de construção
O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.
- f) Nas demonstrações financeiras societárias o reconhecimento dos juros das debêntures e do financiamento do BNDES é feito no resultado dentro de despesas financeiras. Nas demonstrações contábeis regulatórias, esses juros são capitalizados no imobilizado em curso, quando demonstrado a sua recuperação e os futuros benefícios econômicos.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	9.711	38
Aplicação Financeira	511.745	-
	<u>521.456</u>	<u>38</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Adiantamento de seguros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante	256	256
Não circulante	577	833
	<u>833</u>	<u>1.089</u>

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Pan Seguros S.A., amortizado de acordo com a vigência da apólice, desde 23 de junho de 2016 e vencimento em 24 de março de 2022.

Este contrato de seguro garante a indenização até o valor fixado na apólice de R\$160.109 (cento e sessenta milhões cento e nove mil e quatrocentos reais) pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 013/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.000333/2015-19, exclusivamente no que se refere à construção das instalações de transmissão do sistema interligado nacional - LOTE C.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	570.650	780.059	(60.206)	1.152	1.291.655	721.005	-	1.291.655
A ratear	242.958	512.883	(401)	14.884	770.324	527.366	-	770.324
Máquinas e equipamentos em curso	245.824	190.791	-	37.466	474.081	228.257	-	474.081
Adiantamentos a fornecedores	81.868	73.836	(59.805)	(55.080)	40.819	(41.049)	-	40.819
Edificações e benfeitorias em curso	-	2.549	-	2.730	5.279	5.279	-	5.279
Veículos em curso	-	-	-	1.152	1.152	1.152	-	1.152
Administração	94	1.208	-	(1.152)	150	56	-	150
Máquinas e equipamentos em curso	94	56	-	-	150	56	-	150
Veículos em curso	-	1.152	-	(1.152)	-	-	-	-
	570.744	781.267	(60.206)	-	1.291.805	721.061	-	1.291.805

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

	<u>Material e equipamentos</u>
Máquinas e equipamentos em curso	190.791
A ratear	512.883
Adiantamentos a fornecedores	73.836
Edificações e benfeitorias em curso	2.549
	<u>780.059</u>

9.3. Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2018

	<u>Material e equipamentos</u>
Adiantamentos a fornecedores	59.805
A ratear	401
	<u>60.206</u>

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo intangível em curso								
Transmissão	26.153	1.228	(335)	(1)	27.045	892	-	27.045
Servidões	26.146	1.227	(335)	-	27.038	892	-	27.038
Software	7	1	-	(1)	7	-	-	7
Administração	86	56	-	1	143	57	-	143
Software	86	56	-	1	143	57	-	143
	26.239	1.284	(335)	-	27.188	949	-	27.188

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores relacionados à construção	16.870	56.983
Gastos ambientais e fundiários	1.100	530
Prestadores de serviços	134	48
Outros	4	3
	18.108	57.564

12. Tributos e contribuições sociais

	2018	2017
Imposto nacional para seguridade social - terceiros	1.343	1.997
Imposto sobre serviços – terceiros	1.207	1.870
Imposto de renda retido na fonte - terceiros	256	151
Imposto de renda retido na fonte – empregado	193	113
Contribuições sociais retidas na fonte - terceiros	161	105
Imposto nacional para seguridade social – empregado	147	113
Fundo de garantia do tempo de serviço	73	39
Outros	42	5
	3.422	4.393

13. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2018	2017
BNDES	12/2018	01/2033	SGBH	TJLP + 1,93%	580.084	-
Debênture SGBH	03/2018	03/2019	N/A	108% CDI	577.472	-
					1.157.556	-
Circulante					577.472	-
Não circulante					580.084	-
					1.157.556	-

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Debênture SGBH

Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), deverá ser parcialmente quitado com recursos provenientes do primeiro desembolso do contrato de financiamento junto ao BNDES, estando pré-autorizada pelo banco a manutenção de um saldo devedor de até R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) a ser quitado em até 10 (dez) dias úteis após 30 de junho de 2019.

BNDES

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.673 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R\$ 580.083 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Convenientes

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 (um vírgula dois) vezes a partir do exercício de 2020.

O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0425.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,2 não seja atingido no exercício anterior.

14. Transações com partes relacionadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras contas a pagar - partes relacionadas		
SGBH (a)	-	3
CNTE (b)	-	192
	<u>-</u>	<u>195</u>

(a) Refere-se a impostos pagos pela SGBH;

(b) Refere-se a uma prestação de serviço paga pela CNTE.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$20.000, mediante a emissão de 20.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$60.000, mediante a emissão de 60.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$31.000, mediante a emissão de 31.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$45.000, mediante a emissão de 45.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 3 de julho de 2017 houve aumento de capital em R\$304.000, mediante a emissão de 304.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$77.000, mediante a emissão de 77.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 10 de janeiro de 2018 houve aumento de capital em R\$138.000, mediante a emissão de 138.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001, dividido em 675.001 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

a) Capital social

	<u>2018 e 2017</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	328.431
Reserva legal (5%)	(16.422)
Base de cálculo para os dividendos	312.009
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	3.120

16. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Serviços de terceiros	(1.264)	(460)
Pessoal	(515)	(133)
Doações, contribuições e subvenções	(452)	-
Materiais	(149)	(39)
Arrendamentos e aluguéis	(126)	(192)
Encargos e benefícios	(77)	(59)
Telecomunicação	(61)	(43)
Tributos	(50)	(11)
Viagens	(41)	(2)
Outros	(215)	(67)
	(2.950)	(1.006)

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Despesas de pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração	(266)	-
Encargos	(93)	-
Outros Benefícios - Corrente	(3)	-
	(362)	-
<u>Pessoal - administração</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração	(153)	(133)
Encargos	(51)	(43)
Outros Benefícios - Corrente	(26)	(16)
	(230)	(192)
	(592)	(5.255)

18. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.958	1.006
Descontos obtidos	254	-
Juros Selic	7	7
	8.219	1.013
Despesas financeiras		
IOF, taxas e comissões	(13.780)	(296)
Multa e juros	(421)	(166)
Variação monetária	(74)	-
	(14.275)	(462)
	(6.056)	551

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados por valor justo por meio de resultado	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	521.456	38
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Fornecedores terceiros	11	18.108	57.564
Empréstimos e financiamentos	13	1.157.556	-

19.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

21. Gestão do Capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

22. Eventos Subsequentes

Debêntures

Em 09 de Janeiro de 2019 a Companhia amortizou com a debenturista State Grid Brazil Holding S.A. parte do valor das debêntures emitidas, acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 332.640 (trezentos e trinta e dois milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais), sendo R\$ 315.000 (trezentos e quinze milhões de reais) de valor principal e R\$ 17.640 (dezesete milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais) de juros remuneratórios.

Entrada em Operação

Em 18 de Janeiro de 2019 foi emitido pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para operação integrada à Rede Básica do SIN, declarando que todos os requisitos dos procedimentos de Rede referente às instalações da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. foram atendidos, estando a companhia apta, e sem pendências, para iniciar a Operação Comercial Definitiva no Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 13 de Janeiro de 2019, o que efetivamente ocorreu nesta data.